



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.30

DEZEMBRO
2023



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

ed.30

DEZEMBRO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da EDITORA INTEGRALIZE, (SC) Brasil

International Integralize Scientific. 30ª ed. Dezembro/2023. Florianópolis - SC

Periodicidade Mensal

Texto predominantemente em português, parcialmente em inglês e espanhol

ISSN/2675-5203

1 - Ciências da Administração

2 - Ciências Biológicas

3 - Ciências da Saúde

7 - Linguística, Letras e Arte

8 – Ciências Jurídicas

4 - Ciências Exatas e da Terra

5 - Ciências Humanas/ Educação

6 - Ciências Sociais Aplicadas

9 – Tecnologia

10 – Ciências da Religião /Teologia

**Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Editora Integralize - SC – Brasil**

Revista Científica da EDITORA INTEGRALIZE- 30ª ed. Dezembro/2023
Florianópolis-SC

PERIODICIDADE MENSAL

Texto predominantemente em Português,
parcialmente em inglês e espanhol.
ISSN/2675-5203

1. Ciências da Administração
2. Ciências Biológicas
3. Ciências da Saúde
4. Ciências Exatas e da Terra
5. Ciências Humanas / Educação
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Jurídicas
8. Linguística, Letras e Arte
9. Tecnologia
10. Ciências da Religião / Teologia

EXPEDIENTE

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

ISSN/2675-5203

É uma publicação mensal, editada pela
EDITORA NTEGRALIZE | Florianópolis - SC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande, CEP 88032-005.

Contato: (48) 99175-3510

<https://www.integralize.online>

Diretor Geral

Luan Trindade

Diretor Financeiro

Bruno Garcia Gonçalves

Diretora Administrativa

Vanessa Sales

Diagramação

Balbino Júnior

Conselho Editorial

Marcos Ferreira

Editora-Chefe

Dra. Vanessa Sales

Editor

Dr. Diogo de Souza dos Santos

Bibliotecária

Rosangela da Silva Santos Soares

Revisores

Dr. Antônio Jorge Tavares Lopes

Dra. Arethuzia Karla A. Cavalcanti

Dr. Tiago Moy

Dra. Gleice Franco Martins

Permitida a reprodução de pequenas partes dos artigos, desde que citada a fonte.



**INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC**

**INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN / 2675-5203**

É uma publicação mensal editada pela
EDITORA INTEGRALIZE.
Florianópolis – SC
Rodovia SC 401, 4150, bairro Saco Grande, CEP 88032-005
Contato (48) 4042 1042
<https://www.integralize.online/acervodigital>

EDITORA-CHEFE
Dra. Vanessa Sales

Os conceitos emitidos nos artigos são de
responsabilidade exclusiva de seus Autores.



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

CIÊNCIAS SOCIAIS

SOCIAL SCIENCES

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC
ISSN/2675-520

DEZEMBRO – CIÊNCIAS SOCIAIS

A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E DA CIÊNCIA DENTRO DAS MUDANÇAS HISTÓRICAS POLÍTICAS NO BRASIL.....08

Autora: **Priscila Trudes Silva**

THE HISTORY OF PSYCHOLOGY AND SCIENCE WITHIN HISTORICAL POLITICAL CHANGES IN BRAZIL

LA HISTORIA DE LA PSICOLOGÍA Y LA CIENCIA DENTRO DE LOS CAMBIOS POLÍTICOS HISTÓRICOS EN BRASIL

**A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E DA CIÊNCIA DENTRO DAS MUDANÇAS
HISTÓRICAS POLÍTICAS NO BRASIL**
**THE HISTORY OF PSYCHOLOGY AND SCIENCE WITHIN HISTORICAL POLITICAL
CHANGES IN BRAZIL**
**LA HISTORIA DE LA PSICOLOGÍA Y LA CIENCIA DENTRO DE LOS CAMBIOS
POLÍTICOS HISTÓRICOS EN BRASIL**

Priscila Trudes Silva
priscila.trudes@gmail.com

SILVA, Priscila Trudes, **A história da Psicologia e da Ciência dentro das mudanças históricas políticas no Brasil**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.30, p. 08 – 15, dezembro/2023. ISSN/2675 – 5203.

RESUMO

Observada a notória proclamação da república em 15 de novembro de 1889, este presente pretende abordar a respeito das mudanças consequentes do processo de transição de monarquia para república no Brasil. Dessa forma, será a princípio contextualizada a situação histórica no processo de transição do regime imperial para o republicano e a História da Psicologia e da Ciência no Brasil durante esse período turbulento, mas que trouxe relevantes evoluções ao País.

Palavras-Chave: História. Consequências. Psicologia. Ciência.

ABSTRACT

Observing the notorious proclamation of the republic on November 15, 1889, this present intends to address the consequent changes in the process of transition from monarchy to republic in Brazil. Thus, at first, the historical situation in the process of transition from the imperial regime to the republic and the History of Psychology and Science in Brazil during this turbulent period, which brought relevant developments to the country, will be contextualized.

Keywords: History. Consequences. Psychology. Sciences.

RESUMEN

Observando la famosa proclamación de la república el 15 de noviembre de 1889, este presente pretende abordar los cambios resultantes del proceso de transición de la monarquía a la república en Brasil. De esta manera, se contextualiza la situación histórica del proceso de transición del régimen imperial al republicano y de la Historia de la Psicología y de la Ciencia en Brasil durante este período convulso, pero que trajo novedades relevantes para el país.

Palabras clave: Historia. Consecuencias. Psicología. Ciencia.

INTRODUÇÃO

Para o homem, o conhecimento da História permite compreender mais profundamente a própria experiência humana. Conforme Le Goff (1986), é solicitada à História respostas fundamentais da existência humana, quais sejam: quem somos, onde viemos e para onde iremos. Nos estudos históricos no âmbito da Psicologia é perceptível a própria natureza do homem, que é um ser histórico.

Uma razão para o estudo da História está relacionada aos objetivos do conhecimento em geral e das disciplinas psicológicas em particular, como mencionado por Pernoud: "A História não fornece soluções, mas ela permite e só ela, pôr corretamente os problemas." (1977, p. 158). Os estudos históricos, por sua vez, fornece ao estudo da Psicologia a consolidação de sua identidade e cientificidade, tornando-a cada vez mais esclarecedora, com suas bases e raízes

firmadas e bem colocadas no alicerce de contextos culturais e sociais ao longo do tempo e do espaço.

A História da Psicologia no Brasil pressupõe uma definição do que é Psicologia e seu parecer compreende a história de seus conceitos, o estudo das condições culturais, econômicas e sociais que presidiram à sua ascensão e a interpretação do seu desenvolvimento científico.

Por outro lado, o período de transição para a república no Brasil é uma data que ficou marcada por representações sociais. Foi um período de grande conflito entre grupos conservadores e liberais que lutavam por um sistema que beneficia a população, no entanto, o grupo dominante lhes negava esses direitos básicos, no contexto político, relata Menezes (2020).

Carvalho (2002) afirma que foi a partir do período de 1870 que se passou a construir um modelo republicano, que posteriormente passou a conquistar seguidores para esse movimento que mais tarde seria motivo de uma conspiração contra o império.

Para Freitas (2010), esse desenrolar sucedeu-se acompanhado de uma série de eventos que apesar de conspiratórios, foram aceitos em clima de paz pelo povo que teve o seu papel nessa transição, lutando contra repressões governamentais.

Segundo Alonso (2019), toda luta dos grupos civis e militares garantiu que o processo de mudança de governo ocorresse com êxito e aceitação. Essa mudança trouxe efeitos benéficos para a nação que comemorou a proclamação nas ruas, com esperanças de “solução” para os problemas do País.

A transição da monarquia para república se deu por um chamado “golpe de estado”, onde as forças armadas se colocaram contra o governo para assumir o controle deste, cita Ferreira e Delgado (2010). O golpe se sucedeu devido a diversos eventos que se desenrolaram com a insatisfação de grupos da sociedade, sobretudo os militares, caracterizando-se a crise da monarquia, afirma Silva (20-?).

Menezes (2020) descreve que a crise teve início com o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, onde o imperador e políticos não foram capazes de manter o ânimo da sociedade frente à insatisfação com o regime monárquico. Assim, novas ideias foram colocadas em pauta na sociedade e a república ganhou força.

Dessa forma, os primeiros partidos republicanos começaram a ser fundados no Brasil (como o Partido Republicano Paulista), tendo as ideias sido manifestadas em um documento chamado “Manifesto Republicano”, em 1870.

Ferreira e Delgado (2010) afirmam que a insatisfação militar se deu por motivos de carreiras, baixos salários, assim como, necessidade de manifestar suas posições políticas, prática proibida pela monarquia que tentou censurar suas opiniões em jornais e corporações. Havia também demanda dos militares com a exigência de tornar o Brasil um País laico. Essas necessidades se manifestam evidentes após a guerra do Paraguai, onde estes passaram a exigir reconhecimento por seus serviços prestados na guerra.

No cenário político e social, Silva (20-?) menciona que, havia um grande conflito entre conservadores e liberais. São Paulo havia se tornado um grande centro econômico, logo, as elites passaram a exigir maior representação política nas decisões, tendo em vista que menores províncias como o Rio de Janeiro e Bahia desfrutavam de grande representação.

Esse contraste gerou insatisfação da elite frente ao governo monárquico, justificando o fato de a província de São Paulo ter tido o maior partido republicano, o Partido Republicano Paulista.

O referido salienta que os grupos liberais demandam maior participação política, ampliando os votos, com o intuito de enfraquecer os conservadores e os grandes fazendeiros. No entanto, o rumo foi outro, e com a aprovação da Lei Saraiva, em 1881, os números de eleitores no Brasil diminuíram, correspondendo a 1,5% da população brasileira.

Com isso, esses grupos passaram a manifestar suas demandas por outros meios como jornais. Toda essa insatisfação apenas reforçou a necessidade de um governo republicano.

O manifesto Republicano citado anteriormente foi um documento que criticava a centralização do poder na monarquia e exigia um modelo federal, ou seja, autonomia às províncias. Esse documento também responsabilizava a monarquia por todos os problemas do País e defendia a república como a “solução”. Vale ressaltar também que foi um norteador do movimento para o fim do império, afirma o supracitado.

Outra causa apontada por Silva (20-?), que também teve peso para a crise da monarquia e favoreceu o crescimento do movimento republicano, foi à defesa da abolição na década de 1880. Tendo em vista que os grandes fazendeiros eram grandes dependentes de mão de obra escrava, ressentem-se com a Monarquia e aderiram ao movimento, citados por Priore (2010) como “republicanos de última hora”.

Quanto à questão religiosa na crise, Ribas (2020) relata que fora o fato da demanda social por um estado laico, havia um conflito entre a Igreja e o Estado. As decisões papais deveriam ser aprovadas pelo imperador. Em 1864 o Papa Pio IX condenou a participação de religiosos nas lojas maçônicas e se posicionou contra o liberalismo.

Dom Pedro II passou a combater as ordens papais com seu poder constitucional. Entretanto, os bispos optaram por seguir as ordens da igreja, o que acarretou em prisões e causou o conflito entre Igreja e Estado. Dessa forma, a família real perdeu também o apoio da igreja católica.

Alonso (2019) salienta que havia um tripé que sustentava a monarquia Brasileira;

- A restrição política;
- Escravidão e
- O catolicismo.

Dessa forma, tendo o império perdido apoio em todas essas áreas, a Monarquia encontrou-se isolada e enfraquecida, refém de uma conspiração formada por vários grupos insatisfeitos, complementa Silva (20-?).

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A proclamação da república aconteceu em 15 de novembro de 1889, devido à insatisfação de civis e militares com o regime monárquico. A deposição foi conduzida pelo Marechal Deodoro Fonseca e proclamada por José do Patrocínio no Rio de Janeiro, afirma Menezes (2020).

Para esse objetivo, o mesmo complementa que no dia 10 de novembro de 1889, defensores da república reuniram-se com o referido Marechal, a fim de fazê-lo aderir à conspiração em andamento. Este foi convencido a participar do golpe tomando por base falsas

notícias que foram veiculadas publicamente na época com o objetivo de conquistar seguidores para o movimento republicano.

Dessa forma, no dia 15, o Marechal liderou tropas cercando o Campo de Santana e exigindo demissão do Visconde de Ouro Preto. Houve uma frustrada resistência por parte do Conde d'Eu. O imperador que no momento encontrava-se em Petrópolis tinha esperança de que tudo se resolveria com seu retorno à província. No entanto, nessa mesma cidade, recebeu a notícia da expulsão da família real, que dois dias depois tiveram de embarcar para Lisboa, afirma Menezes (2020).

Descreve que com a proclamação, houve muitas celebrações nas ruas e um novo governo foi concebido, presidido pelo Marechal Deodoro, denominado de governo provisório. Todo contexto de proclamação é resumido por Saes (2005) da seguinte forma:

Através de um golpe de Estado liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, era derrubado, em 15 de novembro de 1889, o Gabinete Ouro Preto e com ele a Monarquia. No mesmo dia já era escolhido o primeiro ministério republicano e no dia imediato eram divulgados o manifesto do novo governo e o primeiro decreto constitutivo do novo regime. Neste decreto, redigido por Rui Barbosa era proclamada provisoriamente a República Federativa, as antigas províncias do Império sendo transformadas em Estados com poder de decretar a sua própria Constituição e de eleger os seus corpos deliberantes e os seus governos. (SAES, 2005, p.17)

Menezes (2020) descreve que a proclamação trouxe mudanças, mas não radicais. Houve mudança de visão para nacionalista, autoritária e progressista.

Apesar de autores como Silva (20-?), descreverem as mudanças como profundas e essenciais, há outros autores como Velasco (2014) que defendem a filosofia de que as mudanças não foram revolucionárias, tampouco profundas, sob o fundamento de que as mudanças não afetaram as pessoas mais humildes.

A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E A CIÊNCIA NO BRASIL

Dentro desse contexto, durante esse período de mudanças no Brasil, o desenvolvimento da ciência no Brasil crescia no século XX, como num processo histórico em que teve suas características mais destacadas no início do século XX e século XIX. O período colonial (1500-1822) foi caracterizado por marcas profundas advindas do encontro de choque cultural entre o mundo dos colonizadores portugueses e dos nativos da Terra de Santa Cruz – criando assim, a identidade sócio-cultural no Brasil.

Nesse período, por sua vez, não é possível encontrar a Psicologia tal qual em seu sentido atual, no entanto, os documentos da época revelam a existência de formas de conhecimento psicológico que apresentam diferentes objetivos e por diferentes áreas do saber. No âmbito de tratados da Pedagogia e da Medicina podemos encontrar sermões religiosos e escritos morais, páginas dedicadas ao estudo de emoções, sensações, doenças mentais, controle do comportamento e desenvolvimento psíquico.

Estes autores, intelectuais brasileiros em grande parte, apresentaram tais assuntos por diversos motivos, quais sejam: interesse doutrinário, finalidades de educação religiosa ou moral ou definir métodos para a terapia e o controle de distúrbios de comportamento. Assim sendo,

os assuntos de natureza psicológica assumem uma função importante, não somente filosófica, mas também, de cunho político e social.

No aspecto da tradição filosófica e teológica, tendo o jesuíta Antônio Vieira, o representante mais célebre, o conhecimento de si mesmo e dos outros tem uma função prática do controle e modificação do comportamento, sendo possível a estruturação na base de critérios morais.

O estudo do homem, no século XVIII, tornou o conhecimento da subjetividade e do comportamento área de competência das disciplinas médicas. Conforme citou Francisco de Mello Franco, médico mineiro, em seu livro *Medicina Theológica, ou Suplica Humilde feita a todos os Senhores Confessores e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice* afirma que as chagas todas do coração humano... "podem ser inteiramente curadas pelos médicos". (MASSINI, 1985, p. 190).

Outra forma de conhecimento psicológico nesse período é o estudo das emoções humanas. Nos escritos de cunho religioso, moral e médico é evidenciada a sua relevância. As emoções, também nomeadas como "paixões" ou "afetos da alma" são atribuídas a forças de natureza física ("humores"), em alguns aspectos, ou, também, ao movimento dos nervos, também consideradas como afeições da alma, independentes da constituição do corpo. Ainda nesse âmbito, há a descrição da fenomenologia da tristeza, mencionada por Vieira 1654, em seu sermão.

A origem de todo o conhecimento era considerada como sendo a atividade sensorial e a educação dos sentidos é amplamente valorizada pelos pensadores, além das sensações externas, a existência de impressões produzidas pelos órgãos internos do corpo humano, de onde surgem as inclinações, afetos e caráter morais.

Nos documentos do período colonial, um tema com teor psicológico discutido é o do controle do comportamento infantil e o da educação. O assunto com relevância sobre esse assunto pode-se ser verificado desde o século XVI, conforme os relatos dos missionários jesuítas, referindo-se às práticas educativas dos índios, desenvolvido de forma padronizada no século XVII, abrangendo sobre o desenvolvimento da personalidade feminina e a questão da educação. "A personalidade infantil é considerada como uma *tabula rasa* sujeita às influências determinantes do ambiente e das práticas educativas:"

Conforme a primeira doutrina, conforme a primeira educação que deres aos vossos filhos, podeis conhecer o que há de vir a ser". (Gusmão, citado em Massimi, 1985, p. 245). O homem 'primitivo' é definido como um mero autômato cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo, educação e benefícios (Massimi, 1985). Esses exemplos apontam o tipo de literatura muito difundida na época, conforme Andrade e Silva (1965).

O que se pretendia era tornar o Brasil um "laboratório experimental" para a verificação da hipótese de formação do homem e do cidadão moderno, originada pelos intelectuais na Europa. O estudo desse tipo de documentação é significativo, tendo em vista verificaram-se diversas perspectivas antropológicas características de tais "utopias".

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, uma nova dimensão científica e sua função torna-se mais unívoca e clara: a criação do cidadão brasileiro ao padrão do Estado nacional, criação inspirada propriamente por uma visão iluminista do homem e da sociedade e, segundo, pelo

Positivismo. De modo contemporâneo ao processo de Independência do Brasil, tais elaborações teóricas ocorrem, e, ainda, consolida-se como Estado moderno.

Nesse sentido, os conhecimentos psicológicos tornam-se ferramentas importantes úteis para favorecer a adaptação ao novo corpo social que se inicia. Ao longo dos séculos XIX e XX, a evolução das "ideias psicológicas", como ciência do comportamento, ocorre no Brasil e na primeira metade do século XIX, a *Psychologia*, o que outrora era considerada como uma disciplina de especulação, torna-se objeto de ensino e de estudo dentro de outras áreas de conhecimento como Medicina, Filosofia, Direito, Pedagogia e Teologia, e logo afirma-se como ciência autônoma, na segunda metade do século, baseada em postulados positivistas contendo aplicações práticas como meio e intervenção.

Em primeiro momento, afirma-se como área de competência da Medicina, enquanto objeto de pesquisa, de terapia e de prevenção. No século XIX, a Medicina brasileira propôs um novo tipo de saber acerca do homem, que lançava os galhos para além das dimensões físicas e morais da experiência individual, ou seja, a ligação com o contexto ambiental.

Nesse sentido, os estudos médicos promovem de maneira positiva o desenvolvimento de teorias e práticas psicológicas firmadas através do método científico, definindo-se, então, Psicologia Clínica. A filantropia médica dá lugar à antropologia e à ética de matriz religiosa que norteiam o mundo cultural e social no Brasil Colonial. Aponta o doutor A. J. Rosário os objetivos de sua profissão: "Cabe ao médico, é tarefa dele, regular as funções intelectuais do homem, dirigir sua conduta moral... pois cabe a ele a honrada e espinhosa missão de tornar o mais perfeitas possível as raças humanas" (Rosário, 1839, p. 2).

O conceito de introduzir uma metodologia científica para o controle da subjetividade e do conhecimento, com o objetivo de formar o indivíduo desde os primeiros anos de sua existência, forma-se dentro do contexto da Pedagogia. No século XIX, evidenciam-se as carências do sistema educacional brasileiro, descobrindo a necessidade de organização do ensino segundo métodos "racionais" (Russel, 1849), inspirados nos modelos norte americanos e europeus; sendo assim, uma nova disciplina assume relevante papel como disciplina, a "Metódica e Pedagogia", dentro da qual são abordados vários temas da Psicologia. A "Psicologia Aplicada ao Desenvolvimento Infantil" é implementada pela primeira vez na Escola Americana de São Paulo, 1870.

Por outro lado, e complementarmente, a filosofia positivista difunde-se no mundo intelectual brasileiro favorecendo a perspectiva ideológica determinante para a organização e o progresso da sociedade. Sob essa ótica, a Psicologia representará a base científica da Pedagogia.

Os historiadores da Psicologia brasileira, particularmente Massimi (1986, 1990, 1999) e Antunes (1999, 2004), defendem a tese de que no Brasil havia um saber psicológico antes da chegada da Psicologia científica, tal qual, como a elaborada em solo europeu, porém havia um saber psicológico antes mesmo antes da chegada dos colonizadores, como respaldado por cunho cultural e antropológico, entre os tupis-guaranis, sem ligação com a Psicologia europeia, mas tratava-se da compreensão da subjetividade dos povos que habitavam estas terras.

Evidencia-se, assim, de um lado a ampliação dos estudos históricos em Psicologia e à história brasileira; por outro lado, há o processo de formação dos conceitos da Psicologia, como também em outras áreas do saber, ao longo dos anos, como a História das Ciências, em particular, a História da Psicologia.

É preciso frisar a diferença entre a História da Psicologia científica e a História das ideias Psicológicas (referente ao período pré-científico Psicológico) e entre História da Psicologia, sendo esta descritiva, pois fornece uma reconstrução e revisão do percurso real de desenvolvimento dos conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto, ou seja, com o regime monárquico de Dom Pedro II encurralado, sem nenhum apoio do citado tripé que o mantinha (escravatura, igreja e política), a ideia de república ganhou força e o movimento cresceu. Sendo substituído o império por república, por intermédio do golpe de estado, liderado pelo Marechal Deodoro, sob apoio de suas tropas e da população.

A data de 15 de novembro de 1889 ficou registrada na história brasileira, e foi consagrado um evento importante e necessário para os demais que viriam a ocorrer ao longo dos anos, tornando o Brasil um país livre e democrático.

Os efeitos da transição trouxeram relevantes mudanças para; o sistema eleitoral que passou a abranger maior parte da população com um sufrágio universal; as províncias passaram a ser Estados Federativos com a descentralização do governo; símbolos nacionais foram alterados, trazendo para a nação uma nova identidade; foram eleitos novos heróis nacionais; o Brasil se transformou em um estado Laico sob forma de governo presidencialista.

Dessa forma, conclui-se que a nação sofria mudanças históricas, políticas e de conhecimento científico nesse período, trazendo relevantes mudanças para a nação. Sendo assim, o estudo da História do Brasil e da Psicologia contribui para transformar uma imagem não dogmática, apontando suas relações com outras áreas do saber, como a filosofia, a religião, a literatura etc.

A busca pelo estudo dos vestígios, evitando deformar o conceito existente e a nossa visão atual, alarga o seguro liberto de preconceito e de pretensão, trazendo um conhecimento real do passado.

REFERÊNCIAS

- AMSDEN, A. H. (2009). A ascensão do resto: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia (R. M. dos Santos, trad.). São Paulo: UNESP.
- ANTUNES, M. A. M. (1999). A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua construção. São Paulo: EDUC/UNIMARCO.
- ANTUNES, M. A. M. (Org.). (2004). História da psicologia no Brasil: primeiros ensaios Rio de Janeiro: Eduerj
- ALONSO, Ângela. Instauração da República no Brasil. In.: SCHWARCZ, Lília M. e STARLING, Heloisa M (orgs.). Dicionário da República: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ANDRADA E SILVA, J. B. (1998). Projetos para o Brasil. São Paulo: Cia das Letras.
- BASTOS, A. V. B. Gondim, S. M. G. (Orgs.). (2010). O trabalho do psicólogo no Brasil Porto Alegre: Artmed.
- BOURDIEU, P. (2007). A distinção: crítica social do julgamento (D. Kern & G. J. F. Teixeira, trads.). São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk. 30 anos de regulamentação (1992). Psicologia, Ciência e Profissão, 12(2), 4-9.
- Conselho Federal de Psicologia û CREPOP. Referências Técnicas para a atuação do(a) Psicólogo(a) no BRASIL. Política Nacional de Assistência Social û (PNAS) Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145 (15/10/2004) e publicada no Diário Oficial da União em 28/10/2004.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CRAS/SUAS Recuperado em 13 de junho de 2012 de www.pol.org.br
- COELHO, E. C. (1999). As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. Rio de Janeiro: Record.

- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Tempo do Liberalismo Excludente – da proclamação da república à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FREITAS, Marcos Cezar (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. In: O Diálogo convergente: Políticos e Historiadores no início da República. 6. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
- FRANCO, F. de M. (1794). Medicina Theológica ou Supplica Humilde Feita a todos os Senhores Congressos e Directores sobre o Modo de Proceder com seus Penitentes na Emenda dos Pecados, principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice. Lisboa: Oficinas de Antonio Rodrigues Galhardo.
- FRANCO, F. de M. (1823) Elementos de Hygiene. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- FOUCAULT, M. (1980). O nascimento da clínica (2a ed., R. Machado, trad.). Rio de Janeiro: Forense/Universitária.
- FURTADO,, O. (2011). Trabalho e solidariedade São Paulo: Cortez.
- FURTADO, O. (2002). As dimensões subjetivas da realidade: uma discussão sobre a dicotomia entre a subjetividade e a objetividade no campo social. In O. Furtado & F. González- Rey (Orgs.), Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- FURTADO, Svartman, B. P. (2009). Trabalho e alienação. In A. M. B. Bock & M. G. M. Gonçalves. A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez.
- IBGE (2010) Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Recuperado em 18 de junho de 2012 de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009.
- LÜCK, H.E. e Miller, R. (Eds) (1992) Illustrierte Geschichte der Psychologie. Munique: Quintessence.
- MASSINI, M. (1985) História das Idéias Psicológicas em Obras de Autores Brasileiros do Período Colonial Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, USP.
- MASSINI, M. (1989) O Ensino da Psicologia em Instituições de Ensino Brasileiras do Século XIX. Tese de doutoramento. Instituto de Psicologia, USP.
- MECACCI, L. (1992) Storia della Psicologia dei Novecento. Bari: Laterza.
- MENEZES, Anderson José de. Primeira República: Transição do Império para a República e os conflitos políticos – 1889. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 07, Vol. 01, pp. 136-152. Julho de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em:< <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/primeira-republica> >. Acesso em 10 de janeiro de 2022.
- PRIORE, Mary Del VENANCIO, Renato. Uma Breve História do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.
- PAULA, S. G. de. (Org.). (2001). Hipólito José da Costa São Paulo: Editora 34.
- PESSOTI, I. (1975). Dados para uma história de psicologia no Brasil. Psicologia, 1(1), 1-14.
- PESSOTI, I. (1988). Notas para uma história da psicologia brasileira. In Conselho Federal de Psicologia. Quem é o psicólogo brasileiro? (pp.17-31) São Paulo: Edicon.
- RIBAS, Ana Maria. A transição Império-republica (1870 – 1889). Colégio Pedro II – Campus Humaitá II. Texto de Apoio - História do Brasil. 2020. Disponível em:< http://www.cp2.g12.br/blog/humaitaii/files/2020/03/Roteiro-de-estudos-3%C2%BA-ano-Ana-6_sintese_transic%C2%A7a%C2%83o_imperio_republica.pdf >. Acesso em 10 de janeiro de 2022.
- ROCHA, A. P. (Org.). (2001). José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu. São Paulo: Editora 34.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques de. Tese: A República e Espada: a primeira década republicana e florianismo – USP. São Paulo, 2005.
- SOARES, A. R. (1979). A psicologia no Brasil. Psicologia: Ciência e Profissão, 0. (Fac símile republicado em 2010 em Psicologia: Ciência e Profissão 30 anos número especial).
- SILVA, Daniel Neves. "Proclamação da República"; Brasil Escola. [20-?]. Disponível em:< <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/proclamacaodarepublica.htm> >. Acesso em 10 de janeiro de 2022.
- SILVA, M. R. B. (2010). A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo saúde e assistência se tornam públicas (1875-1910). Varia História, 26, 44. Recuperado em 18 de junho de 2012 de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752010000200004&script=sci_arttext#nt01.
- VELASCO, Valquiria. Proclamação da República. Infoescola. 2014. Disponível em:< <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/proclamacao-da-republica/> >. Acesso em 15 de janeiro de 2022.
- Andrada e Silva, J.B. (1965). Apontamentos para a Civilização dos índios Bravos do Império do Brasil . Santos: ISEP. Texto original de 1823.
- WEFFORT, F. C. (2006). Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. São Paulo: Ática.



Publicação Mensal da INTEGRALIZE

Aceitam-se permutas com outros periódicos.

Para obter exemplares da Revista impressa, entre em contato com a Editora Integralize pelo (48) 99175-3510

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande,
CEP 88032-005.

Telefone: (48) 99175-3510

<https://www.integralize.onlin>